­­­ O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE

CERQUEIRA, JEAN FÁBIO B.

1. Universidade Federal de Sergipe (UFS). Departamento de Comunicação Social (DCOS).

jeanfabioufs@gmail.com

Resumo

As potencialidades da agricultura familiar brasileira alimentam uma série de debates, principalmente diante da necessidade de alternativas de combate à pobreza rural. Neste contexto, vários estudos relacionam a modernização imposta à agricultura nacional – período de elevado crescimento da agricultura brasileira – ao descaso do Estado em relação aos pequenos produtores. Dada a relevância temática, este trabalho propõe uma reflexão sobre a atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, política desenhada em 1996, especialmente orientada para o segmento familiar com o objetivo de promover um desenvolvimento rural a partir desses produtores. Reflexão cuja pretensão não se restringe apenas a uma abordagem teórica de suas concepções e de sua operacionalização, mas também através do exame de dados empíricos obtidos em pesquisa de campo realizada no município de Propriá-SE, com beneficiários contemplados pelo programa no período de 2000 a 2002. A análise revelou que o PRONAF desempenhou papel importante na fixação do “pequeno produtor” no meio rural em questão, contribuiu para a manutenção dos níveis produtivos de importantes atividades agrícolas como a rizicultura e injetou recursos na economia local. Entretanto, sua atuação nos casos observados, sugere um desempenho de natureza compensatória voltado para o amparo financeiro através do microcrédito e também indica que o financiamento dos beneficiários menos favorecidos foi bastante limitado. Consequentemente, diante desta perspectiva a sustentabilidade também foi comprometida na operacionalização do programa.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. PRONAF. Desenvolvimento Sustentável. Propriá-SE.

1. INTRODUÇÃO

A construção da sustentabilidade na agricultura familiar brasileira, especificamente no contexto nordestino, tornou-se tema bastante discutido. Tal ideia enfatiza a insatisfação e a inviabilidade das práticas conservadoras e o desejo social de alternativas capazes de assegurar emprego e renda, mas que conservem os recursos naturais e ofereçam produtos mais saudáveis, sem prejudicar os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar.

É neste contexto que se destaca o papel do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, criado em junho de 1996 com o objetivo de combater os entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar, estabelecendo uma tentativa de inclusão deste segmento produtivo nas políticas agrícolas brasileiras. Diferentemente das políticas e dos programas agrícolas anteriores, tradicionalmente voltados para os segmentos dominantes no campo, marcados pelo descaso com os pequenos produtores, o PRONAF assumiu um discurso voltado exclusivamente para a agricultura familiar com uma proposta de viabilizar recursos e infraestrutura através da concessão de crédito agrícola diferenciado.

Em seu decreto de lançamento o programa reconheceu a problemática social do campo e as necessidades da pequena produção, a importância econômica e social da agricultura familiar e os fatores que afetam seu desempenho, enfatizando ainda a questão da sustentabilidade como alternativa ao modelo agrícola vigente. Dessa forma, além de apresentar diretrizes especificamente direcionadas aos produtores familiares, o PRONAF, diferentemente das políticas que marcaram a chamada “modernização” da agricultura, preconizou uma ação articulada em três pilares: o social, o econômico e o ambiental.

É importante ressaltar que tal articulação advém de um contexto marcado pela tomada de consciência da sociedade para os diversos problemas ambientais, revelando um curso de mudança vigente quando da instituição do PRONAF, fundamentado em valores globais de desenvolvimento que contemplem o equilíbrio do meio com o homem. Este estilo de desenvolvimento, caracterizado pelo uso racional dos recursos naturais em harmonia com os aspectos sociais e econômicos, foi genericamente denominado de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que não são privilegiados objetivos imediatistas, mas um planejamento capaz de se manter no tempo e no espaço, e de promover uma distribuição justa dos benefícios alcançados. Na verdade, esse conceito de desenvolvimento apareceu como alternativa “viável” de soluções para problemas de caráter estrutural que há tempos não tinham perspectivas de solução.

Dados acerca do desempenho do PRONAF celebram uma ação bastante intensiva do programa junto aos agricultores familiares e aos municípios atendidos. No entanto, não são indicados os desdobramentos acerca de tais resultados, pois ao passo que são comemorados os dados quantitativos, um diagnóstico qualitativo, mais especificamente no que diz respeito às transformações sociais, econômicas, espaciais, culturais e ambientais, provenientes do enfoque do desenvolvimento sustentável, não se faz relacionar com clareza sobre melhorias concretas na qualidade de vida das populações atingidas. Além disso, esses números não traduzem questões relativas à concentração de crédito do programa junto aos agricultores mais fortalecidos e em determinadas regiões do país, a interferência de beneficiários que não se enquadram na categoria de produtor agropecuário familiar e dificuldades burocráticas enfrentadas pelos produtores menos favorecidos.

Em Sergipe, os resultados da implantação do PRONAF revelaram pontos favoráveis no tocante ao número de municípios atendidos, contratos e valores financiados, sejam eles voltados para a implantação de infraestrutura municipal, de capacitação ou para o crédito rural. Eles também destacaram o papel dos agentes financeiros, onde o Banco do Nordeste desponta como principal agente responsável pela operacionalização do programa na região.

O Município de Propriá, situado ao norte do Estado de Sergipe, devido a suas particularidades, foi contemplado na presente pesquisa. O predomínio de pequenas e médias propriedades, notadamente dedicados à rizicultura conforme dados do IBGE (2007), a participação expressiva em número de contratos firmados e de valores liberados pelo PRONAF (2000 – 2002) e os reflexos de uma decadência econômica assistida ao longo da década de 80, que afetou drasticamente as condições de vida de sua população, constituem um quadro de características sociais, econômicas e ambientais pertinentes a este tipo de investigação. Ainda mais se considerada que esta intervenção do Estado no setor agropecuário surgiu como uma proposta de retomada do desenvolvimento local, trazendo uma perspectiva de mudanças socioeconômicas e ambientais.

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa realizada durante a dissertação de mestrado concluído no ano de 2006. Assim, do ponto de vista metodológico o estudo foi elaborado obedecendo pautando-se por uma revisão bibliográfica e documental; caracterização da área de estudo; preparação de questionário para diagnóstico dos indicadores de sustentabilidade; definição da amostra de pesquisa; efetivação da pesquisa de campo; tabulação dos questionários; análise e síntese dos resultados. A análise dos dados utilizou-se do sistema SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*. A tabulação dos questionários foi realizada através de estatística simples, de modo a contabilizar as distribuições percentuais dos indicadores; caracterizar o que é típico nos grupos, através de medidas de tendência central, como a média, por exemplo; definir a variabilidade na amostra adotada, ou seja, o grau de semelhança ou diferença no grupo; e por fim, inferir algumas relações entre variáveis.

2. AGRICULTURA FAMILIAR: UMA IMPRECISÃO CONCEITUAL

 No debate acerca da agricultura familiar ainda não há um consenso sobre o tema. Para alguns o agricultor familiar surge como um novo ator, agora em condição de constituir um produtor moderno, em contraposição ao tradicional camponês e, nesse contexto, tipologias socioeconômicas fundamentam as mais diversas propostas políticas para este setor, a exemplo do PRONAF. Mas, para outros é preciso considerar, conforme Wanderley (1996), que a agricultura familiar moderna carrega uma tradição camponesa que dá suporte à adaptação frente às novas exigências da sociedade. Evidencia-se, portanto que o campesinato ainda persiste, coexistindo com novas formas de agricultura familiar que constituem sua continuidade diante do processo de integração das coletividades camponesas à sociedade industrial.

 As diversas abordagens acerca do conceito da agricultura familiar são estabelecidas tomando-se exclusivamente determinados aspectos como a área de produção agrícola, a mão de obra empregada, o meio de produção, a tecnologia disponível etc., descartando, suas interelações e acarretando, conforme Evangelista (2000), além de problemas conceituais, uma série de constrangimentos no âmbito das políticas públicas. Alguns autores, por exemplo, simplesmente a opõem à agricultura patronal onde ocorre o trabalho assalariado, outros a restringem a uma agricultura de subsistência praticada em pequena escala e em condições tecnológicas precárias.

 Convém sinalizar que ao se discutir a agricultura familiar em contraposição à produção capitalista, onde predomina o trabalho assalariado, é preciso antes de tudo, atentar que o estabelecimento familiar também pode demandar trabalho externo, tal qual ocorre na agricultura capitalista (patronal). Porém, ainda que a produção familiar seja obtida através do trabalho assalariado, tal fato não necessariamente a caracteriza como uma unidade capitalista na qual é preciso, antes de tudo, que sejam configuradas relações de classe marcadas pela oposição entre trabalho e capital, o que não ocorre com a produção familiar (NEVES, 1995). A agricultura familiar, sob a ótica da natureza do trabalho empregado, abrange uma série de articulações onde o trabalho familiar se coaduna com o trabalho externo.

 Com relação à atividade produtiva, a história da agricultura familiar brasileira revela a busca pela produção de excedentes como uma constante, assim como a necessidade de escoamento dessa produção. Na verdade, essa consonância da integração ao mercado com a produção de subsistência constitui as bases do patrimônio sociocultural da agricultura familiar brasileira, pois é desse entrelaçamento de objetivos que emerge uma atividade produtiva própria - com um saber específico transmitido às gerações sucessivas, servindo ainda no enfrentamento das precariedades e instabilidades apresentadas. Essa articulação, conforme Garcia (1989, p.117), evidencia a autonomia relativa inerente à agricultura familiar e ocorre com base na divisão interna do trabalho da família ou da prática do “princípio da alternatividade” que dedica uma parcela da produção ao autoconsumo, enquanto outra assegura renda para aquisição do que não é produzido pelo grupo familiar.

Portanto, é importante ressaltar que a agricultura familiar se reproduz nas sociedades capitalistas modernas como uma pequena produção mercantil (SANTOS, 2001). Sua especificidade produtiva (família/trabalho/propriedade) tem seu espaço de reprodução conduzido pela dinâmica capitalista, uma vez que sua racionalidade se volta para a obtenção do excedente. Contudo, mesmo nas condições modernas de produção, as estratégias de reprodução da agricultura familiar ainda valorizam os recursos disponíveis no estabelecimento familiar como forma de assegurar a subsistência e permanência da família, ainda que utilize mão de obra externa.

Teixeira et al. (1996) propõe uma definição de agricultura familiar bastante reducionista: aquela praticada em pequenas propriedades, especificamente de até 100 ha. Embora essa postura alerte sobre a configuração da agricultura familiar brasileira, assumir essa redução entre modalidade agrícola e seu porte dificulta entender a situação atual da agricultura familiar brasileira. No país, além de caracterizada pela pequena propriedade, historicamente prejudicada pela priorização dos grandes proprietários, também podemos observar sua escassez de recursos e as restrições potenciais. E isso decorre justamente de toda uma conjuntura que deve ser amplamente discutida em todos os seus aspectos.

A questão da produção específica de alimentos também norteia a imprecisão do conceito de agricultura familiar. Apesar do predomínio da produção destes gêneros, fato historicamente associado ao atendimento das necessidades alimentícias no interior do grande engenho de açúcar, a produção familiar, como revelam os estudos do INCRA/FAO (1996), também cultiva gêneros não alimentícios como o algodão e a cana de açúcar. Além disso, é importante destacar que a agricultura capitalista também se ocupa da produção alimentícia, evidenciando que esta não é uma atividade particular da agricultura familiar.

Finalmente, ressaltamos outro aspecto bastante empregado para definir a agricultura familiar: os fatores tecnológicos. Contudo, estes não se apresentam da mesma forma se comparados à agricultura patronal. As dificuldades de acesso ao crédito e o desamparo político, historicamente marcantes na agricultura brasileira, representam entrave à constituição do patrimônio familiar, gerando uma carência tecnológica para esses agricultores. Ao passo que a agricultura patronal incorporou uma série de inovações tecnológicas, o produtor familiar em sua maioria, ainda se vê desprovido desses mesmos instrumentos, praticamente restritos aos seus segmentos mais fortalecidos.

Em meio a esta breve reflexão das conceituações reducionistas, ressaltamos uma definição que destaca os vestígios da tradição camponesa e também contempla a agricultura familiar em sua amplitude. Esta proposição, defendida por Lamarche (1993) e Wanderley (1996) considera a agricultura familiar a partir da exploração da unidade produtiva, enfatizando a relação entre trabalho e propriedade ligados à família. Destaca-se a associação entre família-produção-trabalho e seus desdobramentos socioeconômicos, priorizando um enfoque na dinâmica interna de funcionamento desse tipo de agricultura, onde a natureza das atividades (subsistência/comercial), emprego de/em trabalho alugado e a cultura desenvolvida, constituem essencialmente estratégias do grupo familiar.

É em meio às possibilidades de configurações assumidas entre posse da propriedade e o trabalho desenvolvido que a agricultura familiar compreende uma série de formas sociais com características particulares, mas sempre centradas no caráter do trabalho familiar. Conforme Santos (2001), a produção familiar assumiu diversas estratégias de sobrevivência no desenrolar da história brasileira, mostrando-se bastante complexa, heterogênea e em constante processo de diferenciação, e suas estratégias de integração ao capitalismo não inibiram sua vocação para a produção de alimentos, permanecendo a consonância entre subsistência e excedente comercial.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR: APROXIMAÇÕES

 Com a transição da economia nacional de agrária para industrial, intensificada na década de 30, a agricultura atendeu a dinâmica do padrão de acumulação, assimilando transformações significativas em seu perfil. No período que compreende as décadas de 30 a 70, a expansão da agricultura foi marcada pela geração de divisas para a constituição do parque industrial nacional, pela liberação de força de trabalho para o setor industrial-urbano e pela produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e para o beneficiamento industrial. A “Modernização da Agricultura Nacional” estimulou o crescimento das grandes propriedades patronais, não se fazendo acessível a uma parcela considerável dos estabelecimentos familiares.

Conforme Moreira (1999), a atuação do Estado nas atividades agrícolas, cuja pretensão centrava-se em sua modernização, propiciou transformações e crescimento de atividades no campo, porém não consolidou um desenvolvimento rural. Seus avanços foram acompanhados do empobrecimento da pequena agricultura através da expulsão da população rural e, consequentemente da ruptura das suas tradições. A perspectiva econômica do crédito rural e das demais políticas agrícolas do período assinalado parece ter relegado implicações sociais indispensáveis à manutenção da vida no meio rural. Portanto, prevaleceu a noção de que a pequena produção familiar se mostrava ineficiente, desprovida de rentabilidade comercial, sendo priorizada uma agricultura comercial, excludente, de forte impacto ambiental, em larga escala, geradora de divisas e amplamente integrada ao capital.

Apesar destas adversidades, o Censo Agropecuário de 1985 revelou que a agricultura familiar brasileira resistiu. Em meio ao empobrecimento e à precariedade no campo, resultantes de políticas excludentes, evidenciou-se que uma considerável parcela destes estabelecimentos em nada se relacionava com uma agricultura de subsistência, desempenhando uma importante contribuição à produção de alimentos, à geração de empregos e de renda no campo (VEIGA, 1996).

A partir da publicação do relatório INCRA/FAO em 1995/1996, esse debate se intensifica, sendo posteriormente ampliado com a publicação de uma nova versão em 2000, utilizando as tabulações do Censo Agropecuário de 1995. Assim, ao traçar um perfil da agricultura brasileira, o documento apresentou um diagnóstico relevante à compreensão da participação e da importância dos agricultores familiares no cenário agrícola/agrário brasileiro. Tais informações foram incorporadas à crescente discussão acerca das necessidades de geração de emprego e renda, da segurança alimentar e do desenvolvimento local, orientando também a inclusão da agricultura familiar na política nacional, a exemplo do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PLANAF, posteriormente elevado ao status de programa. Neste contexto, também foram reconhecidas as potencialidades da agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A diversificação produtiva e a forma positiva de se relacionar com a natureza posicionaram a agricultura familiar no centro deste debate, concebendo-a como ator social relevante nessa modalidade de desenvolvimento. Convém destacar que, no Brasil, a questão da sustentabilidade, apesar de incorporada no discurso das políticas públicas, a exemplo do PRONAF, ainda enfrenta uma série de obstáculos decorrentes dos constrangimentos advindos da modernização direcionada à agricultura.

 A sustentabilidade tem como base o ecodesenvolvimento, termo empregado pela primeira vez em 1973, por Ignacy Sachs, como sendo um estilo de desenvolvimento em que cada eco região acomoda soluções específicas para seus problemas particulares, levando em consideração os dados ecológicos diante das necessidades imediatas como também daquelas em longo prazo. Essa concepção emerge frente à percepção de que o esgotamento dos recursos naturais não renováveis e a degradação ambiental representam uma séria ameaça à sobrevivência da humanidade. Mais tarde, em 1986, são formulados seus princípios.

A partir desse entendimento o meio ambiente constitui uma dimensão a ser internalizada no desenvolvimento econômico e social. Assim, a promoção de uma gestão racional do meio ambiente implica redefinição dos objetivos e das modalidades de ação, pois o mesmo deve ser internalizado em todos os níveis de decisão (SACHS, 1986). Por isso, esse modelo de desenvolvimento exige a participação e legitimação da sociedade, de forma a objetivar interesses comuns e não privados.

 Na verdade, o termo sustentabilidade relaciona desenvolvimento econômico e gerenciamento ambiental e sua aplicação se baseia nas perspectivas ecológica, econômica, social, espacial e cultural, as quais devem ser simultaneamente consideradas no processo de desenvolvimento sustentável (SACHS, 1993). No que concerne à concretização da sustentabilidade, Sachs (1993) sugere que as sociedades devem atender às necessidades humanas aumentando o potencial da produção ao mesmo tempo em que asseguram a todos as mesmas oportunidades. Portanto, não basta apenas uma atuação na esfera econômica, é preciso levar em consideração a educação, a saúde, a qualidade da água e do ar, e ainda, a proteção dos ecossistemas. Infere-se, portanto que sustentabilidade se refere à capacidade de permanência da produtividade sem destruição da base de recursos renováveis e sem extinguir os recursos não renováveis de que se utiliza.

A partir deste debate sobre a sustentabilidade e de suas implicações na agricultura é que surge a agricultura sustentável, compreendida como aquela “[...] que conserva o solo, a água, os recursos genéticos vegetais e animais, não degrada o meio ambiente, e é tecnicamente apropriada, economicamente viável e socialmente aceitável.” (SOARES, 2000, p.42). Na verdade, a ideia de uma agricultura sustentável parece enfatizar a insatisfação com as práticas conservadoras e o desejo social de alternativas que conservem os recursos naturais, ofereçam produtos mais saudáveis e promovam a geração de trabalho e renda, sem prejudicar os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar.

Assim, o desenvolvimento sustentável constitui um caminho promissor para a agricultura familiar, pois sua diversificação e integração de atividades associadas a menores escalas de produção são extremamente favoráveis ao estabelecimento de uma agricultura em harmonia com o meio ambiente (CARMO *apud* SOUZA FILHO *et al*, 2003). Dessa forma, a articulação entre crescimento econômico e melhorias na qualidade ambiental com a distribuição de renda, encontram na agricultura familiar um terreno fértil frente ao desafio de combate à pobreza rural, sendo então a sustentabilidade incorporada no discurso das políticas públicas voltadas para este segmento. Cabe ressaltar que as discussões sobre a sustentabilidade agrícola não se restringem às práticas relacionadas à agricultura familiar. Conforme Souza Filho et al. (2003), são também considerados sistemas agrícolas potencialmente sustentáveis a agricultura biodinâmica, ecológica, natural e orgânica.

Diante desse contexto, a agricultura familiar parece capaz de contribuir com uma série de serviços ambientais, devido a sua lógica econômica orientada para o atendimento das necessidades familiares e à manutenção do patrimônio familiar. Sendo ainda considerados aspectos como a valorização da diversidade produtiva (policultura-criação), a extensão física reduzida, a organização social do trabalho, a valorização do território e dos seus ecossistemas naturais (SOARES, 2000). Entretanto, diante do constrangimento decorrentes das políticas públicas agrícolas que marcaram a modernização, essa capacidade se fragilizou diante de uma série de entraves que se constituíram no campo. Boa parcela da agricultura familiar consolidada assimilou os modelos capitalistas de produção e abandonou algumas de suas especificidades como a rotação de culturas - prática extremamente favorável à manutenção do equilíbrio ecológico. Com a definição de novos patamares de produtividade, o produtor familiar abandonou os vestígios de uma prática ecológica para a aquisição de práticas mais rentáveis, em se tratando de necessidades de curto prazo, mas que são promotoras de degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais.

Em tais circunstâncias, a necessidade de manutenção das formas de produção ecológicas, sob a ótica da sustentabilidade, ganha, a partir da Agenda 21 brasileira, espaço no discurso da política nacional, especificamente no que concerne à agricultura familiar. No que concerne ao Nordeste Brasileiro, em especial ao semiárido, a construção do desenvolvimento sustentável encontra na agricultura, a atividade produtiva em que a relação homem-natureza aparece com muita clareza e com todos os seus obstáculos. Apesar de problemas nunca resolvidos como o da seca, e do alto índice de miséria e de analfabetismo que envolve a região, o semiárido busca alternativas de qualidade de vida no desenvolvimento com sustentabilidade – uma das principais bandeiras do PRONAF.

3. O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

 O PRONAF foi institucionalizado em 1996 contanto com recursos para contemplar financiamentos para a capacitação do produtor familiar, dos agentes de ATER, para constituição de infraestrutura rural municipal e para oferecer crédito direto ao agricultor. Na definição do seu público-alvo foram utilizadas as modalidades de agricultura familiar propostas pelo estudo INCRA/FAO (1995/96): (A) estrato consolidadoque corresponde aos estabelecimentos familiares mais integrados ao mercado; (B) estrado de transiçãoque corresponde aos estabelecimentos familiares parcialmente integrados ao mercado e que não dispõem de pleno acesso às políticas públicas e inovações tecnológicas; (C) o estrato periféricoque equivale aos estabelecimentos rurais desprovidos de infraestrutura e que se encontram dependentes de políticas públicas.

 Uma vez definida a abrangência do programa, os segmentos economicamente menos integrados, os estratos B e C, passaram a constituir suas prioridades. Corrêa & Ortega (2002) sinalizam que o estrato B constituiu o público-alvo principal, uma vez que o estrato C enfrenta graves problemas de integração, inclusive no que concerne ao acesso a terra, necessitando prioritariamente de políticas agrárias. O PRONAF, em seu Documento Base (1996, p.3), sinaliza como objetivo geral “[...] promover o desenvolvimento sustentável do meio rural a partir da implementação de ações que possibilitem o aumento da capacidade produtiva, a manutenção e geração de empregos e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania pelos agricultores familiares.”. É importante observar a relação dos objetivos do programa com o desenvolvimento sustentável, referenciado novamente pelo Documento Base (1996, p.11):

[...] propõe-se a apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem-estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional.

 O programa voltou-se para a questão da pluriatividade do meio rural, financiando atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas pelo produtor rural e sua família. Estas últimas até então limitadas à produção artesanal e ao turismo e lazer rural, desde que compatíveis com a otimização da mão de obra familiar e com a natureza da exploração rural.

 Para consolidar um desenvolvimento rural com base no fortalecimento da agricultura familiar nacional, o PRONAF assumiu diferentes linhas de atuação: liberação de crédito rural (custeio e investimento) em uma série de modalidades (PRONAF – Crédito); financiamento de infraestrutura rural e de serviços para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios (PRONAF – Infraestrutura e Serviços); promoção de capacitação e profissionalização dos agricultores (PRONAF – Capacitação).

 Dados acerca do período de 1997 a 2004 são reveladores do desempenho do programa: houve uma concentração gradativa de recursos para infraestrutura e serviços municipais no Nordeste – o que sugere mudança no direcionamento das políticas públicas no setor agrícola, pois é nessa região que se encontram os agricultores familiares menos favorecidos; esta mesma evolução foi assistida na modalidade de capacitação. A modalidade de crédito contemplou quatro grupos de agricultores: grupo A formado pelos assentados dos programas de reforma agrária; grupo B constituído por produtores periféricos de baixa renda anual; grupo C correspondente aos produtores em transição; grupo D relativo aos agricultores consolidados – aquelas com as maiores rendas anuais.

 Além disto, é importante sinalizar que a modalidade de crédito estava articulada em cinco linhas especiais, diferenciadas em função da atividade e do montante a ser contratado. Entretanto, o PRONAF Crédito foi marcado por uma forte concentração dos financiamentos quando observada a distribuição dos estabelecimentos familiares nas regiões da federação. Dados de 1996 revelam que a região Nordeste respondia por 49,7% dos estabelecimentos familiares do país, a região Centro-Oeste com 3,9%, a região Norte com 9,2%, o Sudeste com 15,3% e a região Sul com 21,9% dos estabelecimentos. Assim, contando com apenas 1/5 dos estabelecimentos familiares, a região sul respondeu por 85% dos contratos do PRONAF em 1996, patamar que embora tenha sido reduzido ao longo dos anos, ainda figurava com mais da metade dos contratos realizados em 2001. Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina respondiam por quase metade dos recursos disponibilizados pelo PRONAF no Brasil, entre 1996 e 2001.

 Convém destacar que desde a sua implantação, o PRONAF passa por ajustes no intuito de ampliar quantitativa e qualitativamente sua atuação, sendo marcado por diversas alterações[[1]](#footnote-2) que vão desde a redução das taxas de juros à incorporação de novos públicos-alvo. Neste contexto, inúmeras críticas têm sido deferidas ao programa, apontando uma série de lacunas que envolvem tanto a sua concepção como sua operacionalização. Entretanto, conforme Abramovay & Veiga (1999, p.4) sinalizam, “[...] apesar desses limites, o PRONAF vem contribuindo à criação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento rural”.

4. O PRONAF NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ: RESULTADOS

 Como já mencionado, esta pesquisa toma o PRONAF como objeto de estudo, analisando sua relação com a promoção de um desenvolvimento sustentável junto aos beneficiários do município de Própria. O estudo diagnosticou aspectos relevantes da situação socioeconômica de beneficiários do programa, no sentido de contribuir para o aprofundamento da discussão acerca dessa modalidade de desenvolvimento.

**Caracterização dos beneficiários contemplados**

Sobre a localização e o enquadramento dos beneficiários observou-se quedos 76 entrevistados, 20 residiam no povoado de São Miguel, 19 em Propriá, 17 em Boa Esperança, 11 em Santa Cruz e 9 no povoado de São Vicente. Quanto ao enquadramento nos grupos do PRONAF, 76,3% dos entrevistados são passíveis de categorização no chamado segmento dos agricultores familiares periféricos - 58 beneficiários integram o grupo B do Pronaf - Crédito.

Observa-se ainda que a dimensão média das propriedades agropecuárias indicadas pelos entrevistados é de 5 hectares, refletindo de uma forma geral, o quadro apresentado por Lopes (2001), que sinaliza para médias inferiores a 10hectares na região em questão. Contudo, apenas 40 entrevistados declararam dados sobre seus estabelecimentos agropecuários. Quanto à natureza das atividades financiadas, 15 estabelecimentos com área inferiores a 15ha, predominam atividades agrícolas, com destaque para o cultivo de arroz, milho e feijão. Entre as 3 propriedades com área acima de 15ha o cultivo do arroz aparece como atividade exclusiva em duas delas, enquanto a pecuária leiteira em uma propriedade cuja área é de 150ha.

Considerando-se o gênero, 40 entrevistados são mulheres e 36 são homens. As mulheres são maioria entre os contratos realizados em todos os povoados pesquisados. Elas correspondem a 100% dos entrevistados pertencentes ao grupo A (assentados rurais) e 63,7% do grupo B. Nos demais grupos (C e D) todos os beneficiários são homens. Quanto à idade dos beneficiários entrevistados, a média é de 43 anos. A maioria encontra-se na faixa etária entre 40 e 69 anos, com um total de 40 casos, seguido por 33 casos entre 20 e 39 anos e apenas 3 casos acima de 70 anos.

O tamanho médio das famílias dos beneficiários entrevistados é de quatro pessoas, existindo 5 casos cujas famílias maiores, constituídas por 11 membros. Em relação ao grau de instrução, 21 entrevistados são analfabetos, 16 sabem ler e escrever, 29 não completaram o ensino fundamental, 4 o fizeram, 2 não completaram o ensino médio e 4 o fizeram. Entre os beneficiários do grupo B esta situada a maioria dos analfabetos (16 dos casos), e também a totalidade dos entrevistados que concluíram o ensino médio (4 casos).

 Quanto ao tempo de permanência nas localidades/propriedades, a média constatada foi de 18 anos. Apenas 21 entrevistados estão no estabelecimento há menos de 10 anos, enquanto 17 ocupam os estabelecimentos há mais de 30 anos. Com relação à condição fundiária ou a posse dos imóveis em que residem, 71 entrevistados declararam possuir a escritura da propriedade/estabelecimento, 3 encontram-se em lotes de assentamentos e 2 ocupam a terra sem documentação de posse.

A informação acerca da renda bruta obtida pelos beneficiários ao longo do ano de 2002 se faz bastante imprecisa. A maior parte dos entrevistados não soube informar este montante: 63 casos declararam “não se lembrar” dos rendimentos obtidos, enquanto 2 casos declararam rendimentos entre R$ 1.500,00 e R$ 10.000,00 – são produtores de arroz e beneficiários dos grupos C e D respectivamente, os grupos mais fortalecidos.

**Caracterização dos financiamentos concedidos**

Dos 76 entrevistados, 16 obtiveram financiamento para custeio da produção enquanto os 60 restantes adquiriram recursos para realização de algum tipo de investimento. O valor médio contratado entre os entrevistados foi de R$ 500,00 - faixa limite de crédito para o grupo B, contemplada por 58 dos 76 financiamentos analisados. Foram liberados recursos na ordem de R$ 71.372,56 entre os beneficiários entrevistados. Destes, R$ 5.980,00 foram destinados ao grupo A, R$ 29.294,00 ao grupo B, R$ 6.780,00 ao grupo C e R$ 29.318,56 aos financiamentos do grupo D.

Houve uma concentração de recursos junto aos produtores familiares em melhores condições, considerando-se os poucos beneficiários que obtiveram financiamentos nestes estratos. Quanto à atividade contemplada, o plantio de arroz apareceu como atividade que absorveu mais recursos, respondendo por 47,3% do valor total liberado (R$ 35.233,56). A atividade com maior número de contratos realizados está relacionada ao bordado, totalizando R$ 8.500,00, 11,4% dos recursos liberados. Convém ressaltar que, além da produção de bordado e de arroz, destacam-se os financiamentos realizados para compra de gado e para investimentos na piscicultura.

Os entrevistados obtiveram crédito entre fevereiro de 2000 e dezembro de 2002. Em 39,5% dos casos os contratos foram efetivados em abril de 2002. Os contratos mais antigos pertencem aos beneficiários do grupo D, seguidos do grupo A. Os contratos do grupo C surgem em meados de 2001 e os do grupo B apenas em março de 2002. Entre os entrevistados, o acesso ao crédito pelos agricultores do grupo B ocorre de forma tardia, cabendo então aos grupos mais estruturados (C e D) o acesso inicial ao PRONAF. Também foi constatado que, entre os entrevistados, o PRONAF despontou praticamente como a única fonte de crédito. Esta acessibilidade do programa torna-se evidente, uma vez que 80,3% dos casos entrevistados não tiveram acesso a outros financiamentos ao longo da década de 90.

Quanto ao estágio dos projetos financiados, apenas 2 beneficiários informaram que interromperam completamente as atividades financiadas. Entre eles, a seca aparece como fator responsável pela interrupção, sendo que um deles investiu no plantio de arroz e o outro na criação de gado, ambos em Propriá. Nos demais casos, os projetos já haviam sido implantados na ocasião das entrevistas. Neste contexto, acerca das dificuldades enfrentadas no cumprimento das obrigações com a instituição bancária (Banco do Nordeste), 26 entrevistados ainda desfrutavam do prazo de carência dos seus financiamentos e ainda não haviam iniciado a quitação de suas obrigações na ocasião das entrevistas; 38 entrevistados afirmaram não enfrentar qualquer tipo de dificuldades; os 12 restantes apontaram problemas no cumprimento de seus compromissos. Entre eles figuram beneficiários de todos os grupos e localidades contempladas.

**Impactos dos financiamentos obtidos**

Quando observamos os objetivos do PRONAF enquanto política de crédito para o desenvolvimento rural (sustentável) especialmente desenhada para a agricultura familiar, evidenciamos que: (i) os financiamentos do PRONAF devem ser capazes de promover impactos nas atividades produtivas de seus beneficiários; (ii) tais impactos devem possibilitar não somente que sejam honrados os compromissos financeiros com o programa, mas que sejam obtidos lucros advindos das atividades financiadas; (iii) a sustentabilidade desses impactos está associada à apropriação dessa renda pelos produtores contemplados e à promoção de melhorias na qualidade de vida da população atendida, além do incentivo à adoção de sistemas de produção ecologicamente equilibrados. Assim, é através desta articulação que os agricultores e seus familiares poderão se fortalecer e assegurar a continuidade de suas atividades.

Acerca dos impactos do PRONAF em suas produções, dos setenta e seis entrevistados, apenas 30 beneficiários (39% dos casos) declararam aumento em suas produções após aplicação dos recursos do programa. Para 36 entrevistados não houve qualquer tipo de alteração na produção. Em relação à magnitude dessa ampliação, apenas 3 casos obtiveram aumento produtivo superior a 50% em relação ao ano anterior ao crédito PRONAF. São agricultores do grupo B que investiram respectivamente na criação de animais, vendas de confecções e cultivo de milho e feijão. Os demais 27 casos informaram que as elevações foram em torno de 15%. Quando questionados sobre a importância do PRONAF na elevação da produção, apenas 19 entrevistados creditaram esse resultado ao programa, 8 acharam que esse aumento não decorreu do financiamento e 3 acreditam que o PRONAF é parcialmente responsável pelo incremento. Observado o percentual de beneficiários que assistiram aumento na produção, percebe-se que os resultados são relevantes. Ressalta-se que não houve declaração de incremento na produção entre os beneficiários dos grupos A e C e somente 46% dos beneficiários do grupo B e 23% dos beneficiários do grupo D assistiram esses acréscimos.

Quanto às questões ecológicas, a atuação do PRONAF parece não privilegiá-las junto aos produtores agropecuários contemplados. A maior parte dos financiamentos agrícolas se destina a cultivos tradicionais (arroz, feijão e milho) amplamente dependentes de insumos químicos, conforme revela a elevada aplicação de recursos do programa na aquisição de herbicidas e agrotóxicos por parte dos entrevistados. É neste contexto que os dados sugerem a importância do PRONAF para a manutenção desses níveis produtivos.

Com relação à obtenção de renda, apenas 33% dos entrevistados conseguiram ampliar suas rendas através das atividades financiadas pelo PRONAF. Destes 25 entrevistados, 22 casos são do grupo B (mais pobres) e 3 do grupo D (mais fortalecidos), sendo contempladas atividades agropecuárias e não agropecuárias. Entretanto, somente 4 beneficiários souberam informar a magnitude dos incrementos nas rendas, declarando uma média de 30% superior àquelas obtidas antes da aplicação do crédito. Para os 19 beneficiários que creditaram ao programa seu aumento produtivo, 16 também o fizeram em relação ao incremento de suas vendas, tendo ainda 15 destes afirmado a atuação decisiva do programa na modificação da renda obtida.

Com relação à aplicação da renda gerada a partir do aumento da produção, os entrevistados mencionam o pagamento de dívidas, a compra de alimentos, a realização de pequenos investimentos na propriedade, a realização de investimentos na saúde, na educação, no vestuário e na moradia, na aquisição de material para bordados, confecções e mercearia. Evidentemente, os valores dos financiamentos são geralmente muito baixos para serem observadas grandes transformações nas atividades e nas condições de vida dos beneficiários. Daí a importância dos projetos elaborados pelos técnicos dos órgãos credenciados, considerando mecanismos que racionalizem a aplicação dos recursos em atividades economicamente viáveis, até porque não se trata de crédito a fundo perdido.

De uma forma geral, e mesmo desconsiderando a problemática da distorção dos beneficiários contemplados no grupo B, o que se pode constatar é que o desempenho do programa, no que concerne à ampliação de renda junto aos beneficiários entrevistados, ainda constitui um grande desafio. Sem tais resultados, dificilmente serão percebidas melhorias nas condições de vida dos beneficiários como também nas culturas desenvolvidas, uma vez que parcela considerável dos entrevistados não conta com serviços de água, energia, esgoto e nem é atendida em suas necessidades materiais.

Com relação à geração de empregos no entorno pesquisado, observa-se que o PRONAF contribui diretamente para a manutenção das ocupações dos produtores/beneficiários entrevistados. Conforme revelado pelos beneficiários, após utilização dos recursos do programa não houve alteração quanto à mão de obra empregada, prevalecendo quase que exclusivamente inalterado o trabalho familiar nos estabelecimentos. Mas quando questionados sobre os empregos diretos e indiretos gerados a partir da atuação do PRONAF no município, os agentes do Banco do Nordeste evidenciaram que este é um dos principais critérios de avaliação de desempenho do programa e que o mesmo tem alcançado resultados positivos na região. Entretanto, não mencionaram dados sobre esse desempenho e sua evolução. Já a equipe técnica da EMDAGRO parece corroborar os dados anteriormente apresentados, quando afirma que o programa não tem conseguido ampliar a oferta de emprego no campo, embora contribua para a manutenção das atividades rurais.

Quando questionados sobre as contribuições do PRONAF para suas localidades, 55 entrevistados afirmaram que houve algum tipo de melhoria, 15 declararam que não ocorreu qualquer tipo de mudança e 6 não souberam informar. Contudo, em relação a este impacto, apenas 36 entrevistados especificaram suas respostas: 28 sinalizaram melhorias no comércio local, tendo em vista a maior circulação de dinheiro obtido com os financiamentos; 3 casos evidenciaram aumento na produção agropecuária; 2 casos destacaram aumento na produção de bordados; 2 casos indicaram melhorias na assistência ao produtor e um entrevistado acredita que houve melhorias na questão habitacional.

Conforme apontado anteriormente, o PRONAF parece contribuir para a fixação do produtor rural e, consequentemente para a manutenção de suas atividades. Neste sentido, os recursos liberados pelo programa são relevantes para o aquecimento da economia local, principalmente no comércio de materiais que dão suporte à produção agropecuária. Além disso, o financiamento de atividades de cunho não agropecuário junto aos moradores da zona rural, aparece como o importante mecanismo no combate à pobreza.

Com relação à capacitação, a pesquisa revelou que não foram articulados programas junto aos beneficiários atendidos. Dos setenta e seis entrevistados, apenas 5 mencionaram algum curso de capacitação para a obtenção de financiamento no PRONAF. Entre estes, aparecem beneficiários de todos os grupos (exceto do D). Um entrevistado mencionou curso preparatório à administração dos recursos, nos demais casos aparece capacitação para a criação de animais e para o manejo do solo. Com relação à capacitação após a liberação dos recursos, somente 5 entrevistados declararam que foram contemplados. Destes, 2 casos já haviam recebido capacitação para o financiamento. É importante destacar que entre os que foram capacitados após o recebimento dos recursos, apenas um declarou não ter assistido melhorias em suas atividades. Quanto aos demais, declararam que suas atividades foram beneficiadas pelos cursos ofertados e que estes contribuíram com melhorias no manuseio do solo e na criação de animais. Segundo afirmam, a capacitação foi realizada por técnicos da EMDAGRO e da CODEVASF.

Quanto à organização socioprofissional, observamos que as associações e demais organizações dos produtores desempenharam papel importante na divulgação do programa na região. Os dados revelam que uma considerável parcela dos beneficiários estava efetivamente organizada, pois dos 76 entrevistados, 31 declararam filiação a algum tipo de organização, associação ou cooperativa. Apenas 8 destes beneficiários tornaram-se associados depois do recebimento do crédito.

Mas acerca dos resultados obtidos com a prática associativa, estes ainda se mostram bastante reduzidos: 2 entrevistados mencionaram facilidades no acesso ao crédito, 12 casos declararam aquisição de mais conhecimentos sobre financiamentos, 12 casos declararam quaisquer benefícios, 2 mencionaram apenas prejuízos, 1 informou ter sido incentivado a novas atividades (piscicultura), 1 mencionou a articulação de novos contatos e 1 caso declarou que a associação possibilitou o acesso à assistência técnica, sendo estes dois últimos casos pertencentes aos grupos C e D, respectivamente. É importante destacar que cerca de 50% dos beneficiários que afirmaram integrar alguma associação também declararam que não obtiveram qualquer resultado com as mesmas. Tal quadro parece demonstrar a fragilidade dessas instituições, as quais muitas vezes figuram apenas como “ritual político” para obtenção dos financiamentos.

Em relação aos entraves ao desenvolvimento de suas atividades enquanto produtor, apenas 20 entrevistados manifestaram queixas e reivindicações. A falta de recursos financeiros foi apontada por 6 entrevistados: 2 destes são produtores de arroz integrantes do grupo A, 4 pertencem ao grupo B, são criadores de animais e produtores de arroz. Já a falta de informações e de conhecimento técnico é fator de maior preocupação para 3 entrevistados, principalmente entre aqueles dos setores mais fortalecidos. Com relação à qualidade de vida dos beneficiários e de suas famílias, especificamente no que se refere à moradia, segurança alimentar, saúde e posse de bens materiais, apesar das condições precárias atestadas, a maior parte dos beneficiários se mostra satisfeita. Assim, quanto ao futuro da família e do próprio beneficiário, mesmo diante destas condições de vida precárias e dos problemas com a produção, 73 entrevistados declararam perspectivas otimistas, 2 afirmaram insegurança e apenas 1 caso se manifestou com pessimismo. Nesse contexto, os casos menos esperançosos figuram no grupo B do programa.

Com relação à natureza do apoio que se faz mais urgente para a melhoria dos empreendimentos e/ou atividades, o auxílio financeiro foi mencionado por 70 entrevistados, outra oportunidade de emprego foi indicada por 4 casos, todos pertencentes ao grupo B (mais pobre), 2 casos mencionaram a necessidade de programas de capacitação e, por fim, 1 caso apontou a necessidade de implantação de agroindústrias na região, trata-se de um beneficiário do grupo C, produtor de arroz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte dos recursos do PRONAF privilegiou os produtores familiares dos segmentos mais integrados, concentrando-se nas regiões sul e sudeste do país, principalmente na produção de cultivos associados ao sistema agroindustrial aí vigente, como o milho, a soja e o fumo. Mesmo com a criação de modalidades de crédito específicas para os segmentos mais fragilizados, as exigências requisitadas pelas instituições bancárias que efetivam a liberação do crédito dificultou o acesso destes produtores. Consequentemente, as taxas de juros reduzidas, os amplos prazos de pagamento e as políticas de rebate que constituem os principais atrativos do programa não se fizeram acessíveis de imediato a uma considerável parcela dos produtores familiares incapazes de apresentar garantias para efetivação dos financiamentos.

No diagnóstico realizado sobre a atuação do PRONAF no município de Propriá, no período de 2000 a 2002, as informações obtidas junto aos 76 beneficiários entrevistados revelaram algumas distorções em relação aos beneficiários atendidos através de sua modalidade de crédito. Não se trata apenas de um privilégio aos segmentos mais integrados. As evidências de tal afirmação emergem das considerações acerca dos beneficiários do grupo B, no qual figuram entrevistados que não atendem ao perfil de produtor agropecuário familiar determinado pelo programa.

De uma forma geral, na amostra pesquisada, os recursos do programa estavam concentrados nos beneficiários mais fortalecidos e financiaram o cultivo de produtos tradicionais. Neste sentido, o PRONAF se mostrou como uma linha de crédito atraente aos que já se utilizavam do crédito rural e se encontravam integrados ao sistema agroindustrial local, favorecendo a manutenção desses grupos mais fortalecidos. Apesar desta concentração, a pesquisa revelou que o PRONAF também promoveu o acesso ao crédito oficial àqueles que se encontravam excluídos do sistema financeiro. O programa demorou a atender os produtores menos favorecidos, mas a partir da atuação do CMDRS juntamente com a agência do Banco do Nordeste local, os beneficiários enquadrados no grupo B puderam, finalmente, se utilizar dos recursos (sob a forma de microcrédito) do programa e desfrutar de condições de pagamento bastante atraentes.

Entretanto, é questionável se de fato, tem ocorrido efetivamente a inclusão de pequenos produtores familiares locais no crédito do PRONAF, especificamente no grupo B, pois, foram constatadas brechas através das quais beneficiários que não atendem ao perfil do programa foram enquadrados neste grupo, destinado aos agricultores menos favorecidos. Em alguns destes casos não havia exploração de parcela de terra nas condições estipuladas pelo programa, pois o beneficiário trabalhava a terra em caráter de “alugado” e não na condição de meeiro, parceiro ou arrendatário. Além disso, alguns entrevistados sequer desenvolveram atividades de natureza agropecuária, conforme estabelecido no Documento-Base e nos Manuais Operacionais do PRONAF.

Quanto aos resultados do programa junto aos beneficiários entrevistados, os impactos mencionados não apontaram melhorias significativas nas atividades, nem alterações na qualidade de vida dos mesmos. Entretanto, sugerem que o PRONAF é de extrema importância para a manutenção dos níveis de produção agropecuária dos beneficiários dos grupos A, C e D e para a fixação no meio rural, dos beneficiários do grupo B.

Sua relação com o desenvolvimento sustentável ainda apresentou-se incipiente diante dos resultados alcançados, uma vez que, seu desempenho econômico se mostrou reduzido e as atividades financiadas não incorporam os compromissos ambientais. Apesar desse fato, sua atuação revelou uma importante contribuição social, a qual pode ser percebida através do financiamento de atividades que constituem formas alternativas de emprego e renda, representando assim, uma porta de inclusão do produtor na sociedade. Todavia, a contribuição do PRONAF para a modernização das estruturas produtivas locais foi insuficiente para incrementar a produção da região e alavancar o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A agricultura brasileira na contra mão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e novas oportunidades de acesso à terra. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2000.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; ORTEGA, Antônio César. **PRONAF: programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – qual o seu real público alvo?** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo-RS. Anais... Passo Fundo, RS, 2002.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **A Agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza, CE: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 2000.

INSTITUITO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 2007.

GARCIA JR, Afrânio R. Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. R. de Janeiro, Marco Zero, Brasília, CNPq, 1989, 285p.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**. Projeto UFT/BRA/036/BRA. 1996.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**. Trad. A.M.N. Tijima. Campinas: UNICAMP,1993.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo Lopes. **Estrutura Agrária e Produção de Alimentos em Sergipe**. In: Desenvolvimento Regional : outros ensaios. Aracaju: Editora UFS, 2001, p.293-331.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PRONAF – Documento Base**. 1996.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: questões metodológicas, **Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, n.2 e , v.25, maio-dez, 1995.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo : Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_\_. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Nobel/FUNDAP, 1993.

SANTOS, Rosalvo Ferreira. O Papel da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Capitalista. In: SILVA, Nilton Pedro da, HANSEN, Dean Lee. **Economia regional e outros ensaios**. Aracaju: Editora UFS, 2001. p. 333-346.

SOARES, Adriano Campolina. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, n. 87, Dez./Fev. 2000/2001.

SOUZA FILHO, Meirelles de; COSTA, Lucélia Borges da; MANO, Aline Patrícia. **Barreiras ao desenvolvimento sustentável no sistema de produção de hortícolas**: um estudo de caso no município de São Carlos-SP. [s.n.t.].

TEIXEIRA, Erly C.; AGUIAR, Danilo R. D.; VIEIRA, Wilson da Cruz. Agricultura comercial e familiar num contexto de abertura econômica. In: TEIXEIRA, E. C.; VIEIRA, W. da C. (ed) . **Reforma da política agrícola e abertura econômica.** Viçosa-MG: UFV, 1996. p.11-8.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: USP/HUCITEC, 1991. (Estudos rurais, 11)

\_\_\_\_\_\_. Política agrícola diferenciada. In: TEIXEIRA, E. C.; VIEIRA, W. da C. (Ed). **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa-MG: UFV, 1996. p31-47.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1996**. Caxambu-MG, 1996.

\_\_\_\_\_\_. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2 e 3, p. 185-192, maio/dez. 1995.

1. Atualmente, o programa conta com 12 linhas de crédito: custeio; mais alimento; investimento; agroindústria; agroecologia; eco; floresta; semiárido; mulher; jovem; custeio e comercialização de agroindústrias familiares; cota-parte; rural; [↑](#footnote-ref-2)